

FUNCIONALISMO E METODOLOGIA QUANTITATIVA

Mário Eduardo Martelotta (UFRJ / CNPq)

1- Introdução

Procuro aqui fazer algumas reflexões acerca dos princípios teóricos e dos objetivos da lingüística funcional¹, buscando relacionar esses parâmetros com uma metodologia quantitativa mais adequada à sua aplicação. A motivação para essas reflexões está no fato de que muitos pesquisadores brasileiros vêm empregando, de modo explícito ou não, a metodologia quantitativa variacionista na análise funcional de fatos lingüísticos, sobretudo em estudos referentes a processos de mudança por gramaticalização². Como nem sempre esses fatos lingüísticos constituem fenômenos variáveis, a metodologia corre o risco de resultar inadequada. Minha proposta aqui é argumentar que, se por um lado, a quantificação é fundamental dentro de uma análise funcionalista, por outro, é necessário repensar a utilização da metodologia quantitativa de modo a adaptá-la às propostas de análise da lingüística funcional, que, em muitos aspectos, difere dos objetivos da sociolingüística variacionista. Longe de ter a pretensão de dar um fechamento definitivo e essa complexa questão, minha intenção é apenas convidar os interessados nessa área de pesquisa a pensar alternativas de como trabalhar dados quantitativos em funcionalismo.

2- A quantificação variacionista em análises funcionalistas

Tenho notado ultimamente que algumas pesquisas – sobretudo dissertações e teses – vêm usando a metodologia variacionista em análises explicitamente funcionalistas de fenômenos de mudança, relacionados a processos de gramaticalização. Isso constitui, pelo menos em princípio, um problema, já que, de um modo geral, gramaticalização focaliza a evolução de uma forma (ou estrutura) lingüística na direção de novos valores (ou de novas estruturas), ou seja, o fenômeno que Hopper (1991) chama *divergência*³. Embora a coexistência de duas formas com a mesma função exerça influência sobre a mudança, não me parece que seja essa a questão central dos estudos em gramaticalização, e, de fato, os trabalhos funcionalistas que utilizam a metodologia quantitativa quase nunca estão interessados no papel que a variação desempenha na mudança estudada.

Embora tenham muito em comum, há algumas diferenças essenciais entre as análises sociolingüísticas e as análises funcionalistas. Em termos bem gerais, a sociolingüística de base laboviana tem como objetivo observar os elementos lingüísticos, à luz das relações entre língua e sociedade (Labov: 1972; 1995). Nesse sentido, parece-me que a sociolingüística se interessa pela mudança em seu aspecto mais genérico, buscando sistematizar o modo como

¹ Dou ênfase, neste trabalho, ao chamado funcionalismo da Costa Oeste dos EUA, desenvolvido por autores como Sandra Thompson, Wallace Chafe, Elizabeth C. Traugott, Talmy Givón, Paul Hopper, entre outros. Esses trabalhos parecem encontrar eco nas pesquisas de autores como Bybee (2006) e Tomasello (2003), que costumam se referir à sua abordagem como gramática de uso (usage-based grammar), ou cognitivo-funcional. Esses trabalhos apresentam também relações com as pesquisas desenvolvidas sobre gramaticalização por pesquisadores da Alemanha, como, por exemplo, Bernd Heine e Tânia Kuteva.

² Não é comum trabalhos funcionalistas de autores estrangeiros utilizarem, ao menos explicitamente, a chamada metodologia variacionista, embora a maioria lance mão de análises de cunho quantitativo. Isso sugere que uma coisa não está necessariamente ligada a outra.

³ Embora Hopper (1991) também admita como um princípio da gramaticalização a noção de *camada*, caracterizada pela existência de mais de uma forma para expressar a mesma função, parece-me que a essência do fenômeno da gramaticalização está no desenvolvimento de novos sentidos e de novas formas a partir de material já existente na língua.

ela ocorre no contexto social da comunidade de fala. Na sociolinguística, de acordo com Gorski et al. (2003), “ganham relevo: do ponto de vista social – o papel da língua na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade; e do ponto de vista lingüístico – a noção de *heterogeneidade sistemática*”.

Como, por hipótese, toda mudança implica um estágio de variação, a sociolinguística propõe uma metodologia que observa quantitativamente os elementos lingüísticos cujos usos estão em variação, buscando detectar, através da atuação de determinadas variáveis independentes sociais e estruturais, o estágio em que se encontra a mudança.

As pesquisas iniciais no campo da variação analisavam fenômenos fonéticos e fonológicos, em que todas as variantes comunicam o mesmo valor semântico denotativo. Com a extensão da metodologia a fenômenos que envolvem efeitos de ordem semântica, como o estudo das vozes ativa e passiva ou das diferentes maneiras de expressar o tempo futuro, por exemplo, surgiram debates referentes à legitimidade de qualquer estudo em que o nível semântico entrasse em jogo. De acordo com Naro (s/ d), essa fase passou e hoje é perfeitamente legítimo estudar fenômenos que apresentam diferenças de sentido. A principal questão seria, então, observar se a variação é funcional, ou seja, se ela contribui para o sucesso da comunicação.

Muitos trabalhos variacionistas apontam para os efeitos funcionais da variação, como é o caso de Poplack (1980), que sugere que o -s de plural ocorre quando não há, no contexto, outras marcas para indicar essa categoria gramatical. Entretanto, Scherre e Naro (1991) apontaram para a natureza não funcional da concordância, mostrando que esse mecanismo sintático pode ser resultado de uma mera repetição mecânica, sem qualquer efeito comunicativo.

Parece-me que essas diferenças de análise são conseqüentes da estratégia de observar questões lingüísticas a partir do fenômeno da variação, como se ele, em si, fosse a essência do funcionamento e da mudança das línguas. Cabe aqui argumentar que a tendência dos movimentos de mudança é ir ao encontro da comunicação, mas outras motivações de uso podem ocorrer e essa repetição automática da concordância é uma delas. Seria, realmente, ingênuo pensar que a língua caminha inexoravelmente para as variáveis mais comunicativas, ou que os movimentos de variação e mudança são conseqüentes de estratégias inteiramente conscientes dos usuários da língua. Ingênuo também seria esperar que as línguas sempre refletissem um mecanismo de regularização que contribuiria para a otimização de sua natureza comunicativa e os casos de *crazy syntax*, provenientes de pressões diacrônicas sobre a estrutura sincrônica das línguas, que foram apontados por Givón (1979), argumentam em favor disso.

Como pensar, então, essa questão? A resposta parece estar na visão de que as formas lingüísticas são motivadas por fatores de natureza diversa (não apenas comunicativas ou sociais, mas também cognitivas, estruturais e históricas). Esses fatores, em conjunto, atuam de modo diferenciado nos diferentes contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Isso significa que é importante adotar uma metodologia que leve em conta não apenas a interdependência desses fatores, mas sua atuação contextualmente diferenciada.

Além disso, a repetição automática da concordância tende a ocorrer em contextos específicos, ou seja, no nível do discurso. Essa tendência parece não se cristalizar ou se ritualizar⁴, no sentido de se tornar um estratégia construcional da gramática à disposição do falante, que se estende para novos contextos. Esse é um dos pontos em que mais se manifesta

⁴ Utilizo, juntamente com Bybee (2003), o termo de Haiman, *ritualização*, que se caracteriza por alguns aspectos, conseqüentes da repetição: *hábito, automatização, redução de formas e emancipação*.

a importância da frequência em funcionalismo: assinalar aquilo que o uso consagra como estratégia de comunicação em um determinado contexto e como isso ocorre.

De acordo com Bybee (2006), é fundamental a relação da linguagem com habilidades cognitivas gerais: a importância da frequência de uso na formação e preservação de padrões neuro-motores, o uso de similaridade na categorização e a construção de generalizações através de padrões similares. Nesse sentido, a linguagem constitui um sistema complexo no qual fenômenos ocorridos no uso real com altos graus de repetição dão a base para o desenvolvimento de uma gramática.

Barbosa (2006), em um estudo sobre os adjetivos adverbializados em português (ex: *Ele fala **alto***), demonstrou que a relação de variação entre essas construções e as construções alternativas, formadas pelo prefixo *-mente*, que supostamente também expressam a noção de modo, de nada ajuda na caracterização das construções estudadas. Variações do tipo *Eles chegaram rápido* e *Eles chegaram rapidamente*, em que o advérbio em *-mente* pode substituir o adjetivo, ocorreu em apenas 32% dos dados analisados pela autora. Na grande maioria dos casos, não havia possibilidade de substituição direta do advérbio pelo adjetivo (ex: *As portas não fecham **direito*** e **As portas não fecham **direitamente***). Além disso, a construção com adjetivo adverbializado parece apresentar comportamentos comunicativos bastante distintos das estruturas com advérbios em *-mente*.

Muitas questões surgiram nessa análise que transcendiam a variação das formas. A autora considerou mais importante, para a caracterização dessas construções, observar, entre outras coisas: (i) que os verbos e adjetivos utilizados na construção de adjetivo adverbializado apresentam alta frequência de uso nos *corpora* analisados; (ii) que essas construções apresentam alto grau de cristalização; (iii) que essas construções tendem a apresentar uma estrutura morfossintática subjacente, extensível para outros usos, como o que apresenta substantivo no lugar do adjetivo (Ex: *Pegou a batata e cortou **palito***)⁵; (iv) que os adjetivos avaliativos predominam maciçamente sobre os adjetivos descritivos, o que, segundo a autora, reflete o processo de abstratização característico de movimentos de gramaticalização; e (v) que são importantes os aspectos históricos associados ao fenômeno, como, por exemplo, o fato de alguns autores, como Jucá Filho (1945), atribuírem a essas construções uma influência do latim, que em lugar do predicado tendia a apresentar “a circunstância do preço”: *caro constare* (*custar caro*), *carissime uendere* (vender caríssimo).

Como se pode ver, o foco da análise funcional muitas vezes é diferente, já que o que importa em funcionalismo são os aspectos interacionais que se manifestam no uso concreto da língua e como eles se ritualizam em forma de construções gramaticais disponíveis para o falante. Assim, os funcionalistas procuram observar, além de motivações estruturais, os aspectos cognitivos e comunicativos subjacentes aos fatos gramaticais. E, quando tratam da mudança lingüística, seu interesse recai não apenas no fenômeno da variação, mas principalmente nas motivações que levam os falantes a estender os usos de determinados elementos lingüísticos para novas funções e os mecanismos através dos quais as estruturas se reanalisam em novas formas.

Nesse processo de extensão para novas funções, a situação intermediária não é a coexistência entre duas formas de valor semântico equivalente, mas uma ambigüidade entre o uso anterior e o novo. É o que Heine (2003) chama de *overlap model*, ou seja, um modelo de mudança em três estágios:

- (i) Há uma expressão lingüística A, que é recrutada para cumprir gramaticalização.
- (ii) Esta expressão adquire um segundo padrão de uso, B, que apresenta ambigüidade em relação a A.

⁵ Alguns autores caracterizam essa estrutura como uma construção resultativa (Palomanes Ribeiro: 2007).

(iii) Finalmente A se perde, ou seja, agora há apenas B.⁶

Tratar o processo acima descrito com uma metodologia de cunho variacionista é abandonar a essência da natureza que o caracteriza. O que ocorre aí é algo que não pode ser confundido com variação, já que, a fase intermediária (ii):

- a) Não parece estar associada à estratificação social, mas a uma relação entre estruturas morfossintáticas e contextos pragmático-discursivos;
- b) não apresenta formas de valor semântico equivalentes em sim uma situação de ambigüidade, ou seja, a existência de uma mesma forma com possibilidades diferentes de interpretação;
- c) a ambigüidade que nasce nessa fase estimula o desenvolvimento automático do uso novo, via inferência sugerida (Traugott e Dasher: 2005), uma vez que o contexto impulsiona o ouvinte, já no ato da comunicação, a reinterpretar o valor do elemento envolvido na mudança;
- d) pode-se concluir do item c, acima, que a ambigüidade em questão existe basicamente no olhar do analista já que os usuários aparentemente solucionam a imprecisão da mensagem lançando mão de coordenadas contextuais.

De tudo isso, acredito ficar patente que, em uma análise funcionalista, o foco na variação é importante para contextualizar o fenômeno em estudo nos diferentes estágios temporais observados, mas, por hipótese, as verdadeiras motivações da mudança estão na busca de novos rótulos mais expressivos para substituir outros já desgastados pelo uso (que reflete uma tendência cognitiva de utilizar termos de domínios concretos para expressar domínios abstratos) e para veicular a estratégia interativa mais adequada aos diferentes contextos de comunicação. Em termos mais específicos, a mudança tende a refletir o modo mais eficaz de negociação do sentido que falante e ouvinte promovem no ato da comunicação. Esse aspecto relaciona a mudança ao que Traugott e Dasher (2005) chamam *inferência sugerida*, que prevê as complexidades da comunicação em que o falante evoca implicaturas e convida o ouvinte a inferi-las.

As questões substantivas, então, passam a ser diferentes. Tendem a se identificar com fenômenos como *pressuposição* e *implicatura conversacional*, *informatividade* e *contrastividade*, *marcação* e *iconicidade*, *metáfora* e *metonímia*, *subjetividade* e *afetividade*, *ponto de vista* e *alinhamento de figura e fundo*, entre outros. A compreensão desses fenômenos não depende, pelo menos essencialmente, de questões associadas à variação que as formas em estudo mantêm com outras formas de valor correspondente, mas de aspectos relacionados à utilização pelos participantes de suas habilidades cognitivas, que tendem a se adaptar aos diferentes contextos comunicativos. Nesse sentido, a metodologia variacionista como um todo, que está inteiramente coerente com as propostas da sociolinguística laboviana, não se mostra totalmente adequada ao modelo funcionalista, que precisa levar em conta, de modo mais detalhado, o cenário comunicativo.

Nos estudos de mudança associados à gramaticalização, algumas análises, como a que se vê em Gorski et al. (2003) apresentam uma proposta de integração das perspectivas da sociolinguística variacionista como a da gramaticalização. Outros trabalhos, como os de Tavares (2004) e Tavares e Gorsky (2006) seguem orientação semelhante⁷. Essa integração é possível e se mostra, nessas análises, coerente com o fato de que o fenômeno da gramaticalização implica a existência de camadas e divergência (Hopper: 1991). Cabe registrar que essas análises têm o mérito de observar a atuação da variação e da

⁶ Nem toda gramaticalização chega ao estágio (iii).

⁷ Esses autores vêm utilizando o termo *socio-funcionalismo* para caracterizar suas análises.

gramaticalização na mudança, utilizando, para cada um desses fenômenos, a metodologia que lhe é específica.

Entretanto, embora o funcionalismo conceba a gramática como um fenômeno maleável, nem toda análise funcionalista focaliza o uso de elementos intercambiáveis em um dado contexto, assim como nem sempre os estudos funcionalistas focalizam algum processo de mudança lingüística de um modo mais geral. Um estudo da influência da frequência de uso de um elemento ou construção sobre seu processo de gramaticalização, por exemplo, não implica necessariamente a observação de formas variáveis – pelo menos no sentido de terem o mesmo valor semântico. Assim como uma análise acerca dos graus de transitividade de cláusulas no português contemporâneo não leva em conta necessariamente aspectos de mudança lingüística, embora reflita a posição – essencialmente funcionalista – de que a natureza das relações gramaticais é essencialmente dinâmica.

Se essas análises não focalizam os aspectos diacrônicos do fenômeno nem buscam a descrição variável de usos lingüísticos, em relação à estratificação da comunidade social, é importante investigar novas alternativas de se pensar a metodologia quantitativa. Ou seja, é fundamental ver a metodologia quantitativa como um modo de se detectar aquilo que realmente é importante para o funcionalista: a situação concreta de comunicação e as atividades cognitivas dos interlocutores no sentido de adaptar a ela os conteúdos transmitidos pelas estruturas lingüísticas e as extensões que as estruturas sofrem em função dessas adaptações.

Isso não significa necessariamente um estreitamento do foco de análise, já que, para o funcionalismo, os aspectos cognitivos se manifestam socialmente. Além disso, as questões relacionadas à cristalização e ao espalhamento das formas lingüísticas forjadas no uso dizem respeito necessariamente a seu comportamento no ambiente social. Ou seja, há aqui uma mudança de estratégia, pois a análise funcional vê, a situação real de comunicação como o palco em que se concretizam as tendências de natureza sócio-cognitivas e parte desse contexto comunicativo para a caracterização dos fenômenos lingüísticos.

Em termos mais específicos, a metodologia quantitativa deve ser útil ao funcionalista, no sentido de ajudá-lo a descrever, pelo menos, três fenômenos básicos:

- a) Os aspectos cognitivos da linguagem que se concretizam no ato da comunicação, forjando os usos lingüísticos;
- b) as mudanças decorrentes da atuação diferenciada dos aspectos cognitivos, que se dá em função das exigências diferenciadas que surgem nas situações de comunicação efetivas;
- c) os aspectos associados à cristalização e ao espraio dos usos forjados no ato da comunicação;
- d) a possibilidade de manifestação translingüística de tendências de ordem cognitiva⁸.

De fato, a quantificação é de fundamental importância para a descrição desses fenômenos básicos. Em princípio, pode-se dizer que frequência de atuação de variáveis como *marcação*, *iconicidade* ou *informatividade* pode ajudar na descrição dos aspectos (a) e (b), já que elas refletem aspectos cognitivos que, por hipótese, interferem nos usos lingüísticos. Pode-se afirmar também que a frequência dos elementos lingüísticos é de fundamental importância para a análise do aspecto (c) e que a recorrência de tendências cognitivas em diferentes línguas é importante para o item (d). Todos esses dados refletem, acima de tudo, a importância da utilização de um *corpus* bem delimitado, que reflita os objetivos da pesquisa.

O funcionalismo trabalha com uso da língua, portanto, é necessário utilizar algum tipo de *corpus*. É claro que as intuições do analista são também material de análise, entretanto, o

⁸ Esse item d está relacionado a análises de cunho tipológico (Givón: 1990; Croft: 2003)

corpus dá ao lingüista uma visão mais real do uso da língua, na medida em que, não só apresenta o que é utilizado de forma mais sistemática, mas, principalmente, indica as informações contextuais que motivam os usos dos elementos lingüísticos. Com a expressão *informação contextual* quero englobar um conjunto bastante amplo de informações, que não se limita ao ambiente morfossintático, indo desde as características dos tipos e gêneros textuais utilizados, o local e o modo da comunicação, até o perfil dos interlocutores, passando por aspectos associados à pressuposição e à informatividade das expressões por eles utilizadas.

Mas, sobretudo, é o *corpus* que vai fornecer ao analista a freqüência dos elementos que veiculam, em textos reais, os fenômenos por ele estudados. Conforme vou argumentar adiante, esses dados percentuais, retirados de textos reais, fornecem informações importantes para a compreensão dos mecanismos associados ao uso dos elementos lingüísticos e, portanto, das mudanças que eles podem vir a sofrer. Para citar um exemplo, lembro-me da experiência de minha dissertação de mestrado, em que analisava os usos do presente do indicativo no discurso. O *corpus* por mim utilizado demonstrou uma coisa inesperada (pelo menos para mim naquele momento): o presente do indicativo expressando o tempo real de presente (ex.: *Chove lá fora.*) não é utilizado em português falado, ou, pelo menos, em situações informais. Esse uso está restrito a contextos muito específicos, provavelmente, textos escritos, ou de formalidade alta.

Nesse caso, a informação referente à freqüência do elemento não serve apenas para se observar em que estágio está a luta para a sobrevivência na língua entre duas ou mais formas que expressam o tempo gramatical de presente, mas para se analisar as questões essencialmente comunicativas, conseqüentes do fato de uma forma ser marcada ou não naquele contexto, fato que pode ter implicações importantes, em termos comunicativos.

2.1- Variável, interdependência e função

Costuma-se atribuir a Bolinger (1977) a chamada visão radical da iconicidade que postula que a condição natural da língua é preservar uma forma para um sentido⁹. Isso poderia ser visto como um problema no que diz respeito à utilização da metodologia variacionista em análises funcionalistas, já que a noção de variável lingüística implica a existência de duas ou mais alternativas semanticamente equivalentes. Entretanto, como propõem Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), os estudos sobre processos de variação e mudança, ao constatarem a existência de formas alternativas de dizer a mesma coisa, acabaram levando a uma reformulação dessa versão forte de iconicidade. Mas repito: não me parece que a possibilidade ou não de existência, nas línguas, de mais de uma forma com o mesmo valor seja a questão central aqui. Vejamos as frases abaixo:

- 1 a. *Ontem* ele chegou.
- b. Ele *ontem* chegou.
- c. Ele chegou *ontem*.

Em princípio, pode não ser um problema admitir que o sentido dessas frases é basicamente o mesmo, o que dá ao analista a possibilidade de considerar a ordenação desses advérbios um fenômeno variável, no sentido da sociolingüística variacionista. Ocorre, entretanto, que, se o analista observa contextos reais de uso, percebe esses três formas não são totalmente intercambiáveis. A frase 1c., por exemplo, pode ser vista como a resposta à

⁹ Questionamentos acerca da existência da sinonímia são antigos, caracterizando as propostas da estilística tradicional (Lapa: 1973) e se mantém na literatura lingüística, através do princípio da não-sinonímia, associado à teoria das construções gramaticais (Goldberg: 1995).

pergunta *quando ele chegou?*. As frases 1a. e 1b, não constituiriam uma resposta provável a essa pergunta, tendendo mais a ocorrer como parte de uma narrativa, mais provavelmente em plano de figura do que em fundo (Hopper: 1979). Em outras palavras, essas três frases, pelo menos em termos de probabilidade, não seriam ditas exatamente no mesmo contexto.

Problemas como esses podem ser solucionados se for adotada uma outra perspectiva de análise. O que aconteceria se o analista observasse esse fenômeno não como formas diferentes semanticamente equivalentes, mas como diferentes possibilidades de uso, determinadas por fatores pragmático-discursivos, como modalidade lingüística, tipo de texto, plano discursivo, entre outros? Ocorre que os elementos lingüísticos se enquadram em situações pragmáticas, modelos textuais e estruturas sintáticas e esses fatores atuam sobre sua utilização efetiva. Isso é válido, parece-me, tanto para funcionalistas quanto para variacionistas, já que estes também admitem a atuação, sobre o fenômeno variável estudado, de variáveis independentes que podem se identificar com diferenças sintático-semânticas como as apresentadas acima. A diferença está no fato de que, em funcionalismo, como já foi mencionado, observa-se o comportamento das formas lingüísticas em situação real de comunicação, focalizando os aspectos comunicativos e cognitivos que, por hipótese, motivam esse comportamento.

Parece mais adequado caracterizar os trabalhos funcionalistas – pelo menos os desenvolvidos pelos trabalhos relativos ao tipo de funcionalismo que estou aqui focalizando – pelo uso da *noção* de *função/interdependência*, para utilizar a terminologia de Nichols (1984)¹⁰. Essa noção indica a inter-relação ou a covariação de dados lingüísticos. A autora exemplifica essa noção com a análise de Silverstein, que observa a marcação de caso com uma variável dependente da interação de quatro variáveis independentes. A escolha do caso ergativo ou acusativo, por exemplo, depende da interação hierárquica entre o conteúdo lexical, relações agente/paciente, encaixamento de cláusulas e mecanismos de manutenção de referentes.

É importante notar aqui que os diferentes casos vistos por Silverstein como a variável dependente em análise são, por definição, complementares, ou seja, ou o caso é ergativo, por exemplo, ou é acusativo: não há usos intercambiáveis. Nichols (1984) chama atenção para o fato de que a maioria dos estudos funcionalistas lida com a inter-relação entre fenômenos lingüísticos, embora nem todos usem o termo *função* para designar essa *inter-relação*. É o que ocorre, por exemplo, no trabalho clássico de Hopper e Thompson (1980), que caracteriza a transitividade de uma forma verbal em função de fatores como *aspecto do verbo*, *intencionalidade do sujeito*, *afetamento do objeto*, *modo verbal*, entre outros.

Nesse sentido, voltando aos exemplos apresentados em (1), a colocação dos advérbios de tempo pode ser vista como uma variável dependente, não porque constituem formas alternativas de se dizer a mesma coisa, mas porque:

- a) Constituem um parâmetro de classificação adotado pelo analista em função de seus interesses científicos;
- b) esse parâmetro de classificação se subdivide em um conjunto alternativo de possibilidades;
- c) constitui o parâmetro de análise central, sobre o qual outras variáveis exercem influência.

A ordenação dos advérbios, conforme apresentado em (1), estaria, então, inter-relacionada a variáveis independentes do tipo *status informacional do advérbio*, *transitividade do verbo*, *tipo de noção temporal veiculada pelo advérbio*, entre outras

¹⁰ Nichols (1984), apresenta uma série de outras noções de função. Proponho aqui que a noção de *função/interdependência*, identificada com a noção matemática do termo função, pode englobar todas as outras, já que também elas implicam, em termos genéricos, algum tipo de dependência entre variáveis.

possíveis. E cada uma dessas variáveis, por sua vez, se subdivide em possibilidades de análise¹¹. Essa visão cria um quadro teórico, que vê os elementos lingüísticos (cognitivos, comunicativos e estruturais) inter-relacionados, como um todo. Desse modo, qualquer que seja o foco da análise, ou seja, a variável dependente, haverá uma relação entre seu uso e outros fenômenos lingüísticos relacionados.

Acredito ser possível afirmar que o foco da análise funcional é a inter-relação entre os fenômenos lingüísticos (e não-lingüísticos) e, no caso das análises de cunho diacrônico, as mudanças decorrentes da convencionalização de novos usos, que são decorrentes da atuação diferenciada desses fenômenos, que se dá em função das exigências diferenciadas surgidas nas situações efetivas de comunicação. Portanto, trabalhar com grupos de fatores é importante para o funcionalista, já que, controlando a atuação de fatores dessa natureza sobre os usos dos elementos lingüísticos, ele pode caracterizá-los em termos de seus usos reais e fazer previsões e relação a usos novos dados de análise.

Assim os usos de terminadas formas estão subordinadas a (i) fatores sociais, normalmente associados ao perfil sócio-cultural dos usuários; (ii) fatores pragmático-discursivos que vão desde as características associadas ao tipo textual, ao gênero discursivo e sua modalidade até as pressuposições, inferências e marcas de expectativa, que nascem no ambiente da comunicação real entre falante e ouvinte e (iii) fatores formais a elas relacionados, e que podem interferir em seu uso. De um modo geral, o importante é observar a inter-relação entre esses fatores e o uso das formas lingüísticas, procurando motivações ou formas de prever as tendências de uso.

2.1.1- Algumas palavras sobre os fatores sociais

O que dizer em relação aos fatores de natureza social, como sexo, idade e escolaridade? Eles podem ser tomados como grupos de fatores que exercem influência sobre fatos de ordem lingüística. E esses fatores são, realmente, importantes para o funcionalista em vários aspectos.

No que diz respeito à natureza da mudança, por exemplo, os fatores idade e escolaridade são fundamentais. Traugott e Dasher (2005) argumentam que crianças não utilizam determinados elementos lingüísticos que sofrem gramaticalização, em função de sua complexidade pragmático-discursiva, o que sugere que a mudança, não sendo veiculada crianças, não deve ser vista como paramétrica¹². Heine e Kuteva (2007) também ressaltam que crianças em idade pré-escolar não são agentes da mudança e não criam novas linguagens. Desse modo, os autores concluem que os adolescentes e os adultos são a força que impulsiona a mudança lingüística.

Além disso, fatores dessa natureza ajudam não apenas a caracterizar os elementos lingüísticos em situações reais de comunicação, mas, sobretudo, eles dão material para se observar o espriamento e a frequência das formas estudadas pelos diferentes contextos sociais. Essas informações ajudam o funcionalista a avaliar os processos de mudança. Assim, se um elemento é mais freqüente em um determinado contexto, tende a ter baixa informatividade, perdendo força semântica e material fonético. Isso faz com que os falantes

¹¹ Assim, a *variável status informacional do advérbio*, por exemplo, pode se efetivar como novo, velho, entre outras, ou a *variável transitividade*, como +transitivo e -transitivo. Em ambos os casos, há possibilidades distintas que, por hipótese, exercerão influências distintas sobre o comportamento de um dado lingüístico, tomado como uma variável dependente, ou seja, um fenômeno lingüístico cujas possibilidades de uso dependam dos valores acima apontados.

¹² A análise desenvolvida em Votre, Cezario e Martelotta (2004) sobre alguns marcadores discursivos demonstraram que esses elementos são utilizados basicamente por falantes com maior nível de escolaridade, o que sugere que esses informantes veicularam os processos de mudanças geradores desses usos.

arrumem formas alternativas, para comunicar suas idéias e sentimentos, em momentos em que as expectativas envolvidas na comunicação exijam uma expressão mais enfática.

3- As motivações funcionais da mudança

Brinton e Traugott (2005) dão pistas de como caracterizar os mecanismos universais da mudança lingüística em termos cognitivos e comunicativos, propondo alguns fatores como favorecedores da unidirecionalidade na gramaticalização:

- a) Iconicidade;
- b) competição entre as motivações de economia e clareza;
- c) tendência dos ouvintes para selecionar estruturas ótimas;
- d) tendência dos falantes para usar expressões novas e extravagantes;
- e) necessidade de expressar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos;
- f) negociação do sentido por falante e ouvinte no ato da comunicação.
- g) efeitos de freqüência;

Os itens enumerados acima formam, juntos, um quadro representativo das motivações gerais da mudança lingüística, terminando com um item particularmente importante para este texto: *efeitos de freqüência*. De um modo geral, todos os fenômenos descritos nos outros itens estão associados à freqüência de uso e acredito que os conceitos de iconicidade e de marcação (Givón: 1990; 1995) ajudam a demonstrar isso

Givón (1975) propôs um argumento baseado no conceito de iconicidade, pronunciando-se em favor da unidirecionalidade da gramaticalização. Segundo o autor, as relações semânticas estão associadas aos padrões formais usados para expressá-las. Nesse sentido, a informação lexical de caráter representacional tende mais a ser expressa por formas plenas do que por material abstrato de valor funcional. Esses últimos tendem, com o tempo, a sofrer erosão e é improvável que uma porção crucial da informação seja expressa por esses morfemas reduzidos.

O conceito de iconicidade, então, relaciona, em termos comunicativos, a importância da informação e a quantidade de forma utilizada para expressá-la. Mais tarde, Givón (1990) desenvolveu essa idéia, criando subprincípios de iconicidade que relacionam a quantidade de informação e a porção de forma utilizada para expressá-la ou sua posição na cláusula. Como essas relações estão associadas à freqüência dos elementos lingüísticos, sua menção ou não em um contexto próximo, bem como do nível de dificuldade que os usuários têm de conceptualizar as informações por eles expressas, é interessante analisar o conceito de marcação, caracterizada em Givón (1995) por três principais critérios:

- (a) **Complexidade estrutural:** A estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) do que a correspondente não marcada.
- (b) **Freqüência de distribuição:** A categoria marcada (figura) tende a ser menos freqüente, portanto, cognitivamente mais saliente, do que a correspondente categoria não marcada (fundo)
- (c) **Complexidade cognitiva:** A categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa – em termos de esforço mental, atenção demandada e tempo de processamento – do que a não marcada.

A noção de marcação é particularmente importante em função de estar relacionada ao que vou aqui chamar de *fluxo básico de mudança motivado pelo uso*. Um item – ou uma

construção – começa a ser utilizado com muita frequência em um determinado contexto (frequência de distribuição típica de forma não marcada). Nesse caso, pela força do hábito, o usuário trabalha com o item ou a construção mais automaticamente (nível de *Complexidade cognitiva típica* de forma não marcada, que tende a ser cognitivamente menos complexa, em termos de esforço mental, atenção demandada e tempo de processamento). Com isso o item – ou a construção – perde estrutura fonética (nível de *Complexidade estrutural* típico de forma não marcada, que tende a ser menos complexa estruturalmente). As pesquisas em gramaticalização sugerem que quanto mais freqüente – e conseqüentemente mais previsível – for a informação dada por um item em um determinado contexto mais sua estrutura fonética tenderá a se reduzir e mais seu conteúdo tenderá a se perder. Esse mecanismo pode ser usado para justificar a unidirecionalidade da mudança: aumento de freqüência leva a erosão fonética e a perda de informatividade.

Algumas implicações teóricas interessantes nascem desse processo, que parece estar relacionado à competição entre as motivações de economia e clareza. Por um lado, a economia leva à otimização das estruturas, ou seja, à idiomatização, à perda de composicionalidade, à fusão dos elementos, e, conseqüentemente, à redução fonética. Esse aspecto da mudança relaciona a mudança lingüística à teoria das construções gramaticais (Traugott: 2003; 2007; Noel: 2006). Por outro lado, a alta freqüência da forma não marcada, associada às suas características de baixa complexidade faz com que essa forma tenha baixo grau de informatividade. Isso leva os usuários da língua a buscarem formas alternativas de expressão. Todo esse mecanismo está na base de uma concepção dinâmica das línguas.

Essa busca de novos rótulos mais expressivos reflete uma tendência cognitiva mais geral de utilizar termos de domínios concretos para expressar domínios abstratos e para veicular estratégias interativas. Esse processo, por ser essencial ao comportamento comunicativo humano, tende a refletir o modo mais eficaz através do qual falante e ouvinte negociam o sentido no ato da comunicação. Esse aspecto relaciona a mudança ao que Traugott e Dasher (2005) chamam *inferência sugerida da mudança semântica*, relacionado às implicaturas que surgem no ato da comunicação.

Pode-se, então, caracterizar o processo de mudança como tendendo a cumprir os seguintes passos gerais, que se instauram no uso da língua:

1. O item é usado com alta freqüência em um determinado contexto (forma não marcada) e, tornando-se altamente previsível nesse contexto, passa a apresentar baixo nível de informatividade.
2. Com isso o item tende a perder em complexidade estrutural, o que implica fusão de formas e erosão.
3. Por outro lado, seu uso passa a requerer menor esforço em termos de atenção demandada e tempo de processamento (forma não marcada). Isso leva ao desgaste semântico dos itens e o sentido das construções como um todo tende a se afastar, cada vez mais, do sentido conseqüente da soma dos significados das unidades que apresenta.
4. O item desenvolve sentidos mais representacionais, sofrendo lexicalização; ou sentidos menos representacionais, passando a funcionar no nível interpessoal, característico dos elementos resultantes de gramaticalização¹³.

¹³ Entendo como interpessoal o conjunto de elementos que desempenham a função de promover a organização do texto, de modo que ele veicule significado no processo da interação verbal. Isso engloba elementos como os conectivos propriamente ditos, os retomadores de assunto, os marcadores de contra-expectativa, os iniciadores de fala, e, de um modo geral, elementos que refletem estratégias interativas de comunicação.

5. Os usuários buscam novas formas para expressar a idéia indicada pelo item que cumpre o processo de mudança, concretizando o fenômeno de renovação (Hoper e Traugott: 2003). Essas novas formas tendem a ser provenientes de elementos da mesma natureza e a cumprirem as mesmas trajetórias de mudança dos itens ou expressões que substituem.

Os passos enumerados acima caracterizam o uso da língua de modo bastante regular, e descrevem o mecanismo que chamei de *fluxo básico de mudança motivado pelo uso*. Duas coisas relacionadas a esse mecanismo devem ficar bem claras. Em primeiro lugar, ele não pode ser visto como algo sem exceção, que sempre vai ocorrer, independentemente de qualquer outro fator. Trata-se, portanto, de uma tendência geral das línguas, que pode ser quebrada pela atuação de fatores concorrentes, ou seja, motivações que pressionam a mudança para diferentes direções – daí a importância de uma metodologia que trate da inter-relação entre variáveis. Esse segundo lugar, esse mecanismo deve ser compreendido como um processo eminentemente gradual. Essa gradualidade pode ser vista nos quatro parâmetros de gramaticalização propostos em Heine e Kuteva (2007): *extensão* (ou generalização de contextos), *dessemantização* (ou redução semântica), *decatégorização* (ou mudança categorial) e *erosão* (ou redução fonética).

Esses quatro parâmetros entram em ação no processo de mudança lingüística, levando o elemento a desenvolver novos usos, que surgem da interação comunicativa. Ou seja, falante e ouvinte negociam o significado dos elementos lingüísticos, utilizando como pano de fundo o contexto lingüístico e a situação extralingüística. O resultado desse processo é uma mudança na direção de novos valores representacionais (lexicalização) ou de sentidos mais subjetivos, que expressam a perspectiva do falante e, paralelamente, mais intersubjetivos, já que refletem a preocupação do falante com o modo como o ouvinte vai receber a informação. Além disso, esses parâmetros apresentam status translingüísticos, já que se manifestam, de um modo geral, nas línguas naturais.

A questão é como utilizar adequadamente a metodologia quantitativa para no sentido de detectar, de modo mais ou menos objetivo, esses movimentos funcionais, que caracterizam as línguas naturais. Pelo menos em uma primeira reflexão, essa metodologia deve ser capaz basicamente de:

- a) Demonstrar a frequência (de ocorrência ou de tipo) associada ao elemento observado, o que daria ao analista a possibilidade de ver o nível de marcação desse elemento e, conseqüentemente, sua situação no fluxo da mudança;
- b) observar a inter-relação entre o elemento estudado os fatores que por hipótese o influenciam;
- c) detectar o nível de espraiamento do elemento observado pelos diferentes contextos estruturais, comunicativos e sociais, dando pistas acerca do grau de desenvolvimento em que se encontra a mudança.
- d) detectar as possibilidades de manifestação translingüística de tendências de ordem cognitiva, apontando para a universalidade do fenômeno observado.

4- A importância da frequência

Em função do que apresentei até aqui, pode-se concluir que a frequência dos elementos lingüísticos nos diferentes contextos de uso é importante, para se ter uma idéia mais exata de suas relações com coordenadas contextuais (do ambiente morfossintático ao contexto extralingüístico). Isso fornece material para a descrição do valor comunicativo desses elementos no uso real da língua e dos movimentos de mudança que o caracterizam. Mas há outros argumentos favoráveis à análise da frequência que são de caráter mais teórico.

Penso nos conceitos de *discurso* e *gramática*, utilizados nas análises funcionalistas. Discurso é o uso da língua nas diferentes situações reais de comunicação. Gramática constitui o conjunto de regularidades provenientes do discurso, em que os falantes usam sua criatividade no sentido de readaptar expressivamente o material fornecido pela gramática aos diferentes contextos. Nesse sentido, o discurso é parte da gramática, já que através dele são atualizados um conjunto de procedimentos cognitivos e comunicativos que, pela repetição, serão cristalizados, ou ritualizados, na gramática das diferentes línguas.

O que garante os aspectos translingüísticos de dados da gramática, nesse ponto de vista, é um inatismo não modular, que pode ser visto no argumento de Langacker (1987), segundo o qual não se discute hoje em lingüística que o aprendizado e o uso de uma língua envolvem estruturas e habilidades inatas, sendo realmente discutido o fato de essas habilidades e estruturas serem ou não específicas da linguagem. Portanto, em funcionalismo, parece ser mais produtivo ver as habilidades para a linguagem como estando relacionadas a processos cognitivos mais gerais que atuam, de modo dinâmico, no sentido de se adaptarem às diferentes situações de comunicação.

Outra questão interessante, associada a essa, diz respeito ao escopo da descrição gramatical. Nesse sentido cabe perguntar se devemos considerar esses processos cognitivos acima mencionados como sendo uma parte do conjunto de conhecimentos necessários para se utilizar uma língua, ou seja, da gramática dessa língua. Mais uma vez lanço mão de Langacker (1987), para quem a gramática de um língua pode ser definida pelos aspectos da organização cognitiva nos quais reside o domínio que o falante tem sobre as convenções lingüísticas estabelecidas. Parece-me, então, que o escopo da descrição gramatical não deve se restringir aos fenômenos mais estruturais da língua, englobando aspectos de ordem cognitiva, a eles subjacentes.

Quando se levam em conta esses aspectos cognitivos, que apresentam caráter translingüístico, pode-se entender a gramática como um conjunto de princípios adaptáveis e dinâmicos por excelência, mas relativamente regulares no seu funcionamento essencial. Por outro lado, o discurso é espaço no qual esse conjunto de princípios se atualiza. Em outras palavras, o funcionamento da língua implica não apenas habilidades cognitivas em sentido puro, mas a capacidade de utilizá-las adequadamente no processamento contínuo da fala. Assim, a mudança lingüística é vista através de uma perspectiva discursiva, ou seja, não implica apenas representações mentais, mas, sobretudo, a participação dinâmica do falante e do ouvinte, ou, mais especificamente, a negociação do sentido que os interlocutores fazem no processo comunicativo ao mesmo tempo respondendo e criando contextos.

Entretanto, essa visão teórica parece ter levado alguns lingüistas a considerar mais sistematicamente o fato de que a gramática das línguas constitui um fenômeno essencialmente mutável, independente de qualquer estrutura apriorística a ela subjacente. É o que se vê no conceito de gramática emergente, proposto por Hopper (1998), segundo o qual os falantes retiram as características de sua fala de suas experiências comunicativas prévias, ocorridas em circunstâncias similares – ou com tópicos similares ou interlocutores similares. Segundo essa visão, a sistematicidade é uma ilusão produzida pela fixação parcial ou sedimentação de formas freqüentemente usadas em subsistemas temporários. Acredito que essa visão de gramática deva ser adotada com algumas restrições.

Algumas questões interessantes surgem dessas considerações de Hopper. Uma delas está relacionada à idéia de que a dinâmica que caracteriza o uso da língua vai de encontro à concepção da existência de alguma estrutura prévia, subjacente ao seu funcionamento. Muitos autores como Votre (1999) e Ferreira (2000; 2003)¹⁴ e, mais recentemente, Traugott e Dasher (2005) demonstram a enorme regularidade com que se dá a mudança lingüística. Isso sugere

¹⁴ Martelotta (1994) também apresenta uma grande regularidade no desenvolvimento de conectivos em português, motivada pela atuação da metáfora espaço > discurso, de Heine et al. (1991)

que, competindo com as motivações que levam à variação e à mudança, representado pela noção de gramática emergente, existe outra motivação, que leva à estabilidade no uso da língua, aspecto do qual o conceito de gramática emergente parece não dar conta.

Isso significa que o uso da língua reflete uma relação entre regularidade e casualidade. Ou seja, há um conjunto de princípios atuando sobre a língua de modo relativamente estável, mas a sua efetivação real depende de uma série de fatores que tornam impossível fazer previsões acerca do destino exato de uma mudança lingüística. A literatura referente à gramaticalização, por exemplo, apresenta a idéia de que se pode observar uma regularidade na mudança, no que diz respeito à sua direcionalidade e à natureza dos elementos em que ela atua, mas não se pode prever se ou quando um determinado elemento lingüístico vai, efetivamente, sofrer gramaticalização. Heine (2002), por exemplo, apresenta uma tendência de verbos que exprimem desejo se gramaticalizarem em marcas de futuro, demonstrando que isso ocorre em inglês, búlgaro, quimbundu, swahili, entre outras línguas. Entretanto, essa tendência, pelo que se sabe, não se vê em todas as línguas do mundo e não há uma explicação para isso, que não leve em conta a noção de casualidade.

Como trabalhar com um fenômeno dinâmico como a comunicação humana, que aparece estar relacionado, por um lado a um princípio de casualidade e, por outro a um conjunto de tendências relativamente estáveis? Uma resposta possível seria utilizar uma metodologia que consiste em pegar uma amostra de tempo e observar estatisticamente as ocorrências, detectando três aspectos importantes:

- (i) Os princípios restritivos de ordem cognitiva, que apontam tendências ou limitam possibilidades, gerando uma relativa regularidade que se manifesta na base gramatical sobre a qual os falantes constroem seus discursos;
- (ii) A base através da qual os falantes constroem seus discursos, que constitui uma concretização dos princípios cognitivos apontados em (i). Sendo essa base compreendida como um conhecimento que, nas palavras de Hopper (1998), provêm de experiências comunicativas prévias, ocorridas em circunstâncias similares¹⁵.
- (iii) Os fatores localizados, associados ao uso dos elementos lingüísticos em diferentes situações de comunicação, que fazem com que essas tendências tomem uma direção ou outra no decorrer do processo de mudança.

Os três aspectos apresentados acima levam-me a repensar a dicotomia *gramática* e *discurso*, no sentido de ampliar sua capacidade explanatória. Isso se dá porque há aspectos mais profundos, associados ao uso da língua, que não se explicam nas possibilidades da gramática (na visão emergente) ou no uso individual/concreto, tal como vem sendo proposto nos textos funcionalistas.

Uma possível saída, nesse sentido, seria admitir uma visão tripartida da linguagem, que considera *cognição* (possibilidades), *sistematização* (cristalização e ritualização) e *uso* (criação) como base para e explicação de determinadas questões de mudança¹⁶. Isso implicaria conceber, além da existência do discurso, dois níveis distintos de informação gramatical, que funcionam como input para sua alimentação. Um primeiro nível, de ordem

¹⁵ As regularidades que caracterizam a base sobre a qual os falantes constroem seus discursos (e que se constituem das construções mais frequentes no uso das línguas) são provenientes de restrições universais de ordem cognitiva, que atuam de forma casual, manifestando-se de modo variável em diferentes línguas.

¹⁶ Coseriu (1979) demonstrou, em seu texto clássico intitulado *Sistema, norma e fala*, a importância de se trabalhar com três realidades: *possibilidade, concretização no código, uso individual*. Chomsky, ao apresentar a distinção entre *princípios* e *parâmetros*, buscou lidar de modo mais elegante com a distinção entre as tendências gramaticais das diferentes línguas e as restrições universais que as caracterizam.

cognitiva, apresenta um conjunto relativamente estável de princípios de natureza mental, que apresentam atuação relativamente regular, já que são o resultado da maneira como os humanos experienciam a realidade através da linguagem.

Para uma melhor compreensão desse primeiro nível de informação gramatical, pode-se pensar em Tomasello (2003), segundo o qual há dois conjuntos de habilidades que estão na base da aquisição e do uso da linguagem. O primeiro conjunto de habilidades reúne várias *habilidades de percepção de intenção* (teoria da mente concebida de modo lato). Segundo o autor, essas habilidades emergem na ontogenia humana por volta dos 9 a 12 meses de idade e inclui:

- (i) A habilidade de compartilhar atenção com outra pessoa em objetos e eventos de interesse mútuo;
- (ii) A habilidade de seguir a atenção e a gesticulação de outras pessoas para objetos distantes e eventos exteriores à interação imediata;
- (iii) A habilidade de direcionar ativamente a atenção de outros para objetos distantes, apontando, mostrando ou usando gestos não lingüísticos;
- (iv) A habilidade de culturalmente (imitativamente) aprender ações intencionais de outros, incluindo seus atos comunicativos, alicerçados por intenções comunicativas.

Essas habilidades são necessárias para a criança adquirir o uso apropriado de qualquer símbolo lingüístico, inclusive expressões complexas e construções. Elas definem a dimensão simbólica ou funcional da comunicação lingüística, que envolve a tentativa de uma pessoa de manipular os estados intencionais e mentais de outras pessoas. Cabe também registrar que essas habilidades são específicas dos humanos e, provavelmente, surgiram relativamente cedo na nossa evolução. Além disso, elas são de domínio geral no sentido de que não capacitam apenas a comunicação lingüística, mas uma série de outras habilidades culturais que a criança adquire, como uso de instrumentos, rituais, etc.

O segundo conjunto de habilidades está relacionado a vários tipos de *busca de padrões* (categorização concebida de modo lato) e inclui coisas como:

- (i) A habilidade de formar categorias perceptuais e conceptuais a partir de objetos e eventos similares;
- (ii) a habilidade de formar esquemas sensório-motores a partir de padrões recorrentes de percepção e ação;
- (iii) a habilidade de executar análises distribucionais de base estatística em vários tipos de seqüências perceptuais e comportamentais;
- (iv) a habilidade de criar analogia (mapeamentos estruturais) através de dois ou mais domínios complexos, com base na similaridade do papel funcional de alguns elementos desses diferentes domínios.

Segundo Tomasello (2003), esse segundo conjunto de habilidades é necessário para a criança encontrar padrões no modo como os adultos utilizam os símbolos lingüísticos em diferentes enunciados e, a partir daí, construir a dimensão gramatical (abstrata) da competência lingüística humana. São habilidades evolucionárias relativamente antigas, provavelmente possuídas pelos primatas em geral.

Esses dois tipos de habilidades estão na base de fenômenos associados à memória (Chafe: 1976; 1979; Bybee: 2006), que por sua vez se evidenciam na distribuição das informações na sentença; ao princípio da iconicidade (Givón: 1990), que se concretiza no tamanho da sentença, bem como na proximidade na ordenação dos elementos que a

compõem; ao conceito de marcação (Givón: 1995), sobretudo no que diz respeito ao nível de complexidade cognitiva dos elementos lingüísticos; a processos de conexão entre diferentes domínios conceptuais (Lakoff: 1987; Lakoff e Johnson: 1990 e Lakoff e Turner: 1989) e de padronização e estabelecimento de polissemias construcionais (Goldberg: 1995; 2006; Goldberg e Jackendoff: 2004; Bybee: 2006), que se manifestam, respectivamente, nas relações metafóricas e metonímicas estabelecidas no uso da língua¹⁷.

Esses dois tipos de habilidades estão na base da relação (e organização categorial) que os humanos experienciam com o mundo, através da linguagem. Como as restrições relativas a essas habilidades só se efetivam, no uso da língua, emerge, a partir dos contextos reais, um segundo nível de informações gramaticais para suprir o discurso: um nível mais estrutural ou de superfície.

Esse segundo nível reflete um conjunto de convenções lingüísticas, que são o resultado de repetição e ritualização dos princípios cognitivos que se atualizam nos contextos de uso, levando ao surgimento de um conjunto de regularidades disponíveis para o usuário. Nesse plano, vê-se um conjunto de regularidades que regem o uso da língua em seus diferentes dialetos, nas diversas situações de comunicação. Aqui se encontram as estratégias comunicativas provenientes da automatização de estruturas consagradas pelo uso.

Esse segundo nível de gramática constitui uma espécie de gramática de manutenção da comunicação. Apresenta as tendências convencionalizadas de união de elementos para formar unidades maiores, ou seja, as regularidades (as rotinas) necessárias para que se possa falar com menos esforço cognitivo. É um conhecimento aberto, adaptável aos diferentes subgrupos dentro da comunidade (engloba, portanto a noção de dialeto) e aos interesses localizados, associados às diferentes situações de comunicação (engloba, portanto a noção de registro e de modalidade).

Essa gramática é fundamental para a comunicação, no sentido de que não é funcional trabalhar o tempo todo no campo do improvisado, adaptando criativamente as habilidades cognitivas ao contexto de uso. É necessário haver construções pré-fabricadas fixas das quais os falantes possam lançar mão, de modo mais automático, a fim de alcançar seus intentos comunicativos (Erman e Warren: 2000; Bybee: 2006). Daí a clichêização (ritualização, cristalização, gramaticalização) de muitas formas que otimizam a transmissão do pensamento¹⁸. Pode-se dizer que essa gramática corresponde exatamente ao que Hopper chama gramática emergente, já que as novas formas que surgem no discurso, ao assumir alta frequência de uso, passam a fazer parte de sua estrutura.

As questões agora são: essa visão teórica pode descrever com mais elegância fenômenos de mudança? Como se pode incorporar, na análise prática, dados de frequência? Acredito que essa visão tripartida, que considera *cognição* (possibilidades), *sistematização* (cristalização e ritualização) e *uso* (criação) pode dar conta de determinadas questões de mudança de modo mais eficiente. Apresento, para justificar minha posição, algumas análises do item *mal* no português. Trabalhos como os de Martelotta e Silva e Silva (1997), Silva e Silva (2001) e Benedito (2008) encontraram, nos textos antigos analisados, o uso de *mal* como conjunção temporal apenas a partir do século XIX. Essa informação histórica levanta algumas questões paralelas que aguçam a curiosidade do analista:

¹⁷ Essa noção de metonímia relaciona a mudança ao que Traugott e Dasher (2005) chamam *inferência sugerida da mudança semântica*, que prevê as complexidades da comunicação em que o falante evoca implicaturas e convida o ouvinte a inferi-las

¹⁸ No campo semântico, também ocorre esta ritualização já que o mundo sobre o qual falamos é uma criação – meio arbitrária, meio estabilizada pelas restrições cognitivas humanas – proveniente da visão sócio-cultural da comunidade.

a) Embora somente apareça em textos do século XIX, esse uso de *mal*, dadas as suas características morfossintáticas e as possíveis coordenadas contextuais, está dentro das possibilidades de construções previstas na língua portuguesa, constituindo uma estrutura viável do ponto de vista semântico e gramatical. Portanto, não ter aparecido antes do século XIX pode ser mais uma questão de baixa frequência do que de inexistência no conjunto de regularidades que servem com base ao uso.

b) Esse uso, portanto, poderia ter aparecido em alguns poucos contextos de fala ou escrita, não apresentando uma frequência suficientemente alta para emergir no nível na gramática de manutenção, pelo menos tendo como base os textos analisados.

c) Conseqüentemente, não é possível afirmar que antes do século XIX esse uso do item não existia. Ou seja, a frequência de uso de um elemento ou construção na gramática de manutenção parece ser fundamental para lidar com dados desse tipo, sem precisar chegar a conclusões categóricas.

5- Considerações finais

Esse texto constitui um conjunto de reflexões acerca dos princípios teóricos e dos objetivos da lingüística funcional que, sobretudo, busca levantar alguns pontos importantes do uso da língua e sua sistematização, que uma metodologia quantitativa deveria detectar. A idéia inicial é a de que a metodologia variacionista não dá conta de muitos aspectos que são caros aos funcionalistas e deveria ser substituída por outra que fornecesse ao analista do uso um material mais eficiente no sentido de detectar questões de ordem cognitiva, que se ritualizam no uso.

No que diz respeito à metodologia ideal para as análises funcionalistas, apresentei alguns pontos que considere importantes. Entre eles a adoção da *noção* de *função/interdependência*, para utilizar a terminologia de Nichols (1984). Essa noção, ressaltando a inter-relação ou a covariação de dados lingüísticos, dá pistas de como fatores de ordem cognitiva, estrutural e histórica podem atuar de modo diferenciado nos diversos contextos de comunicação, complementando-se em uns casos e anulando-se em outros. Ou seja, essa noção reflete uma metodologia que leva em conta não apenas a interdependência desses fatores, mas sua atuação contextualmente diferenciada.

Outra questão importante esta relacionada à necessidade de detectar, de modo objetivo, os movimentos funcionais que caracterizam as línguas naturais. A metodologia deve ser capaz basicamente de demonstrar a frequência associada ao elemento observado, o que daria ao analista a possibilidade de ver o nível de marcação desse elemento e, conseqüentemente, sua situação no fluxo da mudança. Deveria também ser capaz de detectar as possibilidades de manifestação translingüística de tendências de ordem cognitiva, apontando para a universalidade do fenômeno observado.

Bibliografia

BARBOSA, Mariana Gonçalves. *Gramaticalização de advérbios a partir de adjetivos: um estudo sobre adjetivos adverbializados*. 2006, 98p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) UFRJ. Rio de Janeiro.

BENEDITO, Luciano Sebastião. *Polissemia e ordenação do item mal no português escrito: uma análise diacrônica*. 2008, 105 p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) UFRJ. Rio de Janeiro.

- BOLINGER, Dwight. *Meaning and form*. London: Longmans, 1977.
- BRINTON, Laurel J. e TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BYBEE, Joan. Mecanismos de change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian e JANDA, Richard (eds.). *A handbook of historical linguistics*. Blackwell, 2003. p.602-623.
- BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. In: *Language* vol. 82, nº4, 2006, p. 711-733.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença/ São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- CROFT, William. *Typology and universal*. Cambridge/ New York: Cambridge University Press, 2003.
- CUNHA, Maria A. Furtado da, OLIVEIRA, Mariângela Rio de e MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A., 2003.
- ERMAN, Britt e WARREN, Beatrice. *The idiom principle and the open choice principle*. In: Text 20, 2000. p. 29-62.
- FERREIRA, Lucia M. A. *A estabilidade semântico-sintática do modal poder: evidências em três sincronias*. 2000, 150p. Tese (Doutorado em Lingüística) UFRJ. Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Lucia. Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In: CUNHA, Maria A. Furtado da, OLIVEIRA, Mariângela Rios e MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIVÓN, Talmy. Serial verbs and syntactic change: Niger-Congo. In: LI, Charles N. *Word order and word order change*. New York: Academic Press, 1975. p. 47-112.
- GIVÓN, Talmy. *On understanding grammar*. New York/San Francisco/London: Academic Press, 1979
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amstardam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GOLDBERG, Adele E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GOLDBERG, Adele E. e JACKENDOFF, Ray. *The English Resultative as a Family of Constructions*. 2004. Encontrável em <http://people.brandeis.edu/~jackendo/RESULTAGRJ4.doc>

GORSKI, Edair Maria et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, Cláudia e ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

HEINE, Bernd. *Word lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEINE, Bernd. *Grammaticalization*. In: JOSEPH, Brian D. e JANDA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p.575-601.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike e HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd e KUTEVA, Tânia. *The genesis of grammar: a reconstruction*. Oxford: University Press, 2007.

HOPPER, Paul J. Aspect and foregrounding in discourse. In: T. Givón (ed) *Syntax and semantics, Vol. 12: Discourse and Syntax*. New York, Academic Press. 1979. p. 231-241.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: Traugott e Heine (ed) *Approaches to grammaticalization*, 2 vols, Amsterdam: John Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul J. Emergent Grammar. In: TOMASELLO, Michael (ed.). *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey/ London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1998.

HOPPER, Paul J. e THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56 (2): 251-299, 1980.

HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth-Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

JUCÁ FILHO, Candido. *Gramática histórica do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Epasa, 1945.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William (ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980.

LABOV, William. *Principles of linguistic change. Vol. I: Internal factors*. Cambridge: Blackwell, 1995.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George & TURNER, Marc. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago/ London: University of Chicago Press, 1989.

LANGACKER, Ronald W.. *Foundations of cognitive grammar, vol. I: theoretical prerequisites*. Stanford, California: Stanford University Press, 1987

LAPA, M. Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. 1994. 238 p. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ. Rio de Janeiro:

MARTELOTTA, Mário E. e SILVA e SILVA, Edna I. Usos do vocábulo mal. *Revista da AMPOLL*, São Paulo, nº 3, p. 165-173, maio. 1997.

NARO, Anthony J. *Variação e funcionalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, s/d (mimeo).

NICHOLS, Johanna. *Functional theories of grammar*. Annual Reviews Inc. 1984.

NOËL, Dirk. *Diachronic construction grammar vs. Grammaticalization theory*. 2006. Disponível em <http://hub.hku.hk/handle/123456789/38694>. Acesso em 10 de julho de 2007.

PALOMANES RIBEIRO, Roza Maria. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas em português com o verbo ficar*. 2000, 157p. Tese (Doutorado em Linguística) UFRJ. Rio de Janeiro.

PINKER, Steven. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POPLACK, Shana. The notion of the plural in Puerto Rican Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, William (ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980. p. 55-67

PUSTEJOVSKY, James. *The generative lexicon*. Cambridge: MIT Press. 1995.

SCHERRE, Maria Marta P. e NARO, Anthony J. Marking in discourse: “Birds of a feather”. In: *Language variation and change* 3, 1991. p. 23-32.

SILVA E SILVA, Edna Inácio. *As tendências de ordenação do advérbio mal: uma abordagem diacrônica*. 2001, 86 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) UFRJ. Rio de Janeiro.

TAVARES, Maria Alice. Gramaticalização: motivações sociais subjacentes à disseminação das inovações. *Revista da Abralín*, v.2, n. 2. Florianópolis: 2004. p. 115-155.

TAVARES, Maria Alice e GORSKI, Edair Maria. Sociofuncionalismo: da teoria à prática pedagógica. In: SILVA, C. R., HORA, D. e CHRISTIANO, M. E. *Linguística e práticas pedagógicas*. Santa Maria: Palloti, 2006. p. 127-148.

TOMASELLO, Michael. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge/ London: Harvard University Press, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, Brian. D. e JANDA, Richard D. (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltda, 2003.

TRAUGOTT, Elizabeth C. The concepts of constructional mismatch and type-shifting from the perspective of grammaticalization. In: *Cognitive linguistics* vol. 18-4 Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2007. p. 523-557.

TRAUGOTT, Elizabeth C. e DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VOTRE, Sebastião J. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin – unidirectionality revisited*. Santa Barbara: Universidade da California. Mimeo, 1999.

VOTRE, Sebastião J., CEZARIO, Maria Maura e MARTELOTTA, Mário E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.